



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

## O ESTUDO DA NATUREZA DA/NA CIDADE: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA AMBIENTAL<sup>1</sup>

Diego Mendes Cipriano<sup>2</sup>  
Carlos Roberto da Silva Machado<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir a problemática ambiental urbana forjada pela modernidade capitalista e os fundamentos teóricos do estudo de caso, em desenvolvimento, da cidade do Rio Grande (Brasil). Para isso, dividimos este artigo em três partes constitutivas. Na primeira, apresentamos a problemática da natureza da/globalização capitalista, conferindo especial atenção à realidade sócio-ambiental contemporânea. Na segunda, tratamos da emergência da História Ambiental, discutindo o caráter interdisciplinar deste campo do conhecimento, sobretudo na interface com a Geografia, e também, suas potencialidades investigativas à temática em foco. Finalmente, na terceira parte, argumentamos sobre a importância do debate, da investigação e de construirmos soluções à problemática ambiental urbana no processo de produção da cidade com desenvolvimento humano sustentável para o "outro mundo possível" dos Fóruns Sociais Mundiais. Isto porque, na globalização neoliberal atual, a cidade, quer como espaço direcionado à reprodução do sistema capitalista e de sua hegemonia, quer como forma de superação do atual paradigma sócio-econômico-ambiental, é um lugar estratégico.

**Palavras-chave:** Cidade, Natureza, História, Globalização, Produção.

### ABSTRACT

The purpose of the present work is to discuss the urban environment problematic generated by capitalist modernity and the theoretical foundations of the case study that has been development in the city of Rio Grande (Brazil). For that we divide this article in three constitutive parts. In the first part, we introduce the problematic of nature of/in capitalist globalization, focusing in the contemporary socio-environmental reality. In the second, we deal with the emergency of the Environmental History to discuss the interdisciplinary character of this knowledge field above all its interface with the Geography and his investigative potentialities to the focus theme.

<sup>1</sup> Este trabalho é baseado em pesquisa dos autores financiada pelo *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico* – CNPQ / Brasil (2008/09), tendo sido apresentado no “12º Encontro de Geógrafos de América Latina” – Montevidéu, Uruguai.

<sup>2</sup> Acadêmico do curso de História – Bacharelado da *Universidade Federal do Rio Grande (FURG)*, CEP 96201-900 Rio Grande – RS, Brasil. E-mail: diego\_cipriano@yahoo.com.br. Estudante membro do “*Grupo de Pesquisa em Política Natureza e Cidade*” desta Universidade. URL: <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=01677083FPWHRY>.

<sup>3</sup> Professor Doutor em Políticas Públicas da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA) da *Universidade Federal do Rio Grande (FURG)*, CEP 96201-900 Rio Grande – RS, Brasil. E-mail: karlmac@ig.com.br. Professor-pesquisador líder e membro do “*Grupo de Pesquisa em Política Natureza e Cidade*” desta Universidade. URL: <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=01677083FPWHRY>.

Finally, in the third part, we argue about the importance of debate, investigation and to finding solutions for the urban environment problematic in the process of production of city with sustainable human development to the “other possible world” of the World Social Forums. In this way, in the nowadays neoliberal globalization, the city, as a destined space for capitalist system reproduction and its hegemony or like a way to overcome the current social-economic-environmental paradigm, is a strategic place.

**Key Words:** City, Nature, History, Globalization, Production.

## 1. A Natureza da/na globalização capitalista

Sabemos que a colonização européia das Américas, sob a égide do *capitalismo comercial*, inaugurou um processo milenar de exploração e uso dos recursos naturais ainda em curso nos dias que correm. Este processo colonizatório, inaugurado no século XV e XVI, se fez acompanhar de um grande movimento de povos e de um significativo intercâmbio de gêneros naturais, desde vírus e animais até plantas e tecnologias diversas. Paulo Henrique Martinez (2006) acrescenta que esta onda colonizatória trouxe imensos problemas sociais e desequilíbrios ambientais em nosso planeta, ocasionando guerras e disputas territoriais naquele contexto e futuramente. Assim,

A história econômica, política e cultural do século XIX é a história da expansão da indústria e da captura, pelas nações européias, de territórios fornecedores de recursos naturais e de mercados consumidores de bens industrializados. Estes impulsos, econômico e político, alimentaram uma autêntica predação ambiental, e muitas vezes militar, de várias partes do mundo, configurando no século XIX um processo histórico de dominação social que ficou conhecido como imperialismo. (MARTINEZ, 2006, p. 44)

Sob o ponto de vista do materialismo histórico, perceberemos que a trajetória humana irá conduzir a gradativa separação entre sociedade e natureza, que irá se consumir com o advento do trabalho assalariado e do modo de produção capitalista. (MARTINEZ, 2006, p. 52). Sendo assim, a partir da década de 1970, o desenvolvimento científico e tecnológico irá potencializar a já existente acumulação de capital, constituindo aquilo que David Harvey chamou de “modo de acumulação flexível”<sup>4</sup> (HARVEY, 1993). Isto fez com que os processos produtivos, voltados à *mais-valia global*, adquirissem um caráter extraterritorial que sobrepujou os limites locais e ambientais.

Neste contexto, os países industrializados do hemisfério norte passam a liderar significativas mudanças no relacionado à implantação de novas tecnologias nas relações

---

<sup>4</sup> Segundo D. Harvey, este constituirá, entre as décadas de 70 e 80, as novas características do capitalismo mundial, ou seja, a flexibilidade das leis trabalhistas, das normas de fiscalização das empresas, dos processos de privatização, a ofensiva contra do Estado (regulamentações, normas e fiscalização, etc.) e tudo que pudesse impedir a livre circulação de mercadorias. No núcleo destas transformações, o tempo de produção e vida das mercadorias é reduzido drasticamente e, em consequência, a competição é elevada a níveis sem precedentes; ao mesmo tempo, o espaço de produção, comercialização e fontes de matérias-primas transforma-se no espaço mundial. No caso da natureza física, ela é reduzida à “recursos naturais”, ou seja, é ampliada à exploração do ambiente natural e sua transformação em mercadoria. Tudo isso terá implicações culturais caracterizadas pelo autor como “pós-modernas”, sendo estas decorrentes deste “modo de acumulação flexível”.

sociais, na esfera produtiva e nas relações políticas e comerciais entre países e continentes. Os governos passaram a desenvolver políticas conhecidas como “neoliberais” na década de 1980 e, no início dos anos noventa, através do Consenso de Washington, ampliaram a “globalização” do sistema-mundo capitalista a todos os espaços do planeta. Desse modo,

o gigantesco valor econômico que a biodiversidade foi adquirindo nos últimos anos, ampliado pelas ameaças reais de extinção de muitas formas de vida, inúmeras delas ainda desconhecidas e pouco estudadas, desperta atenções para o meio ambiente e para o relacionamento dos seres humanos com a natureza em diferentes épocas e sociedades. (MARTINEZ, 2006, p.14)

Admite-se que o incremento tecnológico ensejou o desequilíbrio ambiental do planeta e, por via da interação entre homem e meio ambiente, transformou significativamente a natureza (SCANDURRA, 2002, pp. 142-3). E, tal modelo técnico adotado pela globalização coloca-se acima dos recursos naturais e humanos existentes, convertendo a natureza ao serviço do capital. Esta lógica mundial guia os investimentos, a circulação das riquezas e a distribuição das mercadorias. A globalização faz com que cada lugar esteja conectado em torno de interesses mundiais ou locais, tornando a natureza hostil aos homens (SOARES, 2006). É neste sentido que Carlos Walter Porto-Gonçalves situa a universalização do uso da máquina a vapor como fator que veio potencializar o transporte/deslocamento de bens:

Com a generalização do uso da máquina a vapor, inclusive nos transportes a longa distância (ferrovias e navegação transoceânica), a matéria pode ser captada em qualquer lugar do planeta e transportada para onde se quer. *Deslocar*, eis a palavra chave da nova configuração geopolítica proporcionada pela revolução (...) industrial. (...) (PORTO-GONÇALVES, 2006, pp. 22-23).

Nos dias que correm, a questão ambiental está em voga e já muito difundida, presente nos meios de comunicação, no mundo político, na esfera acadêmica e também na popular ou cotidiana. Esta é, por assim dizer, a "questão do século" e encontra-se na pauta das relações internacionais. (SCANDURRA, 2002, p. 136). Esta notoriedade em relação aos assuntos ambientais, verificada nas últimas décadas, pode ser atribuída às seguintes grandes mudanças nas relações sociais e dos homens com a natureza:

Fenômenos como a contaminação do ar, das águas e dos solos, catástrofes naturais, doenças desconhecidas até pouco tempo, alterações no clima e nas paisagens, ameaças à biodiversidade, tornaram-se crescentes e desencadearam efeitos sobre a vida humana, para os quais são buscadas alternativas nos dias que correm. (MARTINEZ, 2006, p. 11)

Todavia, as instituições ocidentais não parecem capacitadas a enfrentar esta crise ecológica que ameaça a existência da humanidade, que ocorre sob os efeitos de uma racionalidade estruturada a partir da revolução científica do século XV. Temos, pois, que o atual estilo de vida e as concepções assumidas pelos indivíduos distanciam-se mais e mais de

uma coexistência mais sustentável com a natureza. (SCANDURRA, 2002, p. 137). Desse modo, o processo de civilização da espécie humana assume uma face terrivelmente ameaçadora, estando caracterizada pela mercantilização da vida e na colonização das mentalidades. Assim, não bastaria que modificássemos o ritmo atual do desenvolvimento econômico global ou que o reajitássemos no sentido de considerar a natureza como parte de nossa História. Seria necessário, pois, a constituição de um profundo sentido de autocrítica a respeito das idéias equivocadas que temos sustentado sobre a natureza e os homens. (SCANDURRA, 2002, p. 139).

Sabemos que não existe uma forma unívoca de relacionamento com o mundo natural, já que a mesma decorre das concepções que os homens sustentam sobre a natureza. (MARTINEZ, 2006, p. 40). Desta forma, as relações sociais, vinculadas a um determinado espaço, acabam por modelar o território e o meio ambiente. Entende-se, pois, que as diferentes sociedades humanas produzem suas concepções sobre o mundo natural, que se coadunam com o seu respectivo *modo de produção*:

todas as formações sociais constituem significações sobre a natureza que são 'funcionais' a seus modos de produção, de maneira que suas concepções da natureza correspondem com suas formas de apropriação da natureza. Esta relação entre as visões de mundo e as formas de intervenção sobre a natureza não somente cristaliza um metabolismo entre sociedade e natureza; ao mesmo tempo forja sentidos existenciais e modos de vida; identidades coletivas e atores sociais que mobilizam a história. (LEFF, 2005, p.16)

À guisa de conclusão, podemos afirmar que as relações sociais, sócio-ambientais e as concepções de natureza constituem-se enquanto produtos da própria História, já que são construídos socialmente. É neste sentido que colocamos a possibilidade de estabelecermos relações produtivas cujo impacto ambiental seja o menos degradante possível, onde os homens e a natureza não sejam concebidos como meros recursos a serem utilizados e descartados. O nosso ponto de vista é o da sustentabilidade sócio-ambiental na relação dos humanos entre si, e destes com o mundo natural.

## **2. A emergência da História Ambiental**

O desafio ambiental que presenciamos nos dias atuais traz a necessidade de adotarmos uma nova postura investigativa. No âmbito das ciências, enfatizamos o papel da História, disciplina tradicionalmente vinculada à abordagem de temáticas concernentes ao passado humano. Todavia, Paulo Martinez defende uma nova proposta historiográfica que dê conta da exploração dos homens e da natureza no passado/presente, assim como dos efeitos

produzidos, no mundo natural, pelas diversas formações sociais e econômicas (MARTINEZ, 2006, p. 18).

Henrique Leff, para expressar a sua insatisfação perante às possibilidades da História, afirma que a mesma é “uma das mais atrasadas entre as ciências sociais” por vários motivos. Dentre eles, esqueceu que os fatos históricos são condicionados pelo ambiente natural, colocou de lado a destruição da natureza ao veicular a supremacia do homem e de suas ações (LEFF, 2005, p. 11). Neste sentido, faz-se necessário incorporar variáveis ambientais nos estudos históricos, visando inserir a natureza na História (DRUMMOND, 1991; LEFF, 2005).

Aqui, referimo-nos à chamada História Ambiental, que nos capacita a descobrir a natureza enquanto agente da História, considerando que outras forças significativas atuam sobre o tempo (WORSTER, 1991, p. 1). Diante da crise ambiental vivenciada pela humanidade e da urgência em refundarmos nossas concepções e práticas sócio-ambientais de acordo com a sustentabilidade, a História Ambiental apresenta grande relevância como campo do conhecimento humano. Ela nasce de motivações morais e compromissos políticos e, ao amadurecer, transfigura-se em empreendimento acadêmico e complexifica-se.

A História Ambiental configura uma nova forma de estudo das relações entre homem e natureza, considerando o meio ambiente enquanto agente e presente na história da humanidade. Também, permite uma análise a nível mais global ao vincular os fenômenos ambientais à fatores condicionantes que extrapolam as fronteiras nacionais (FREITAS, 2006, p. 4). Donald Worster acredita que o objetivo primeiro da História Ambiental consiste em aprofundar a compreensão relativa aos impactos que os seres humanos sofrem de seu ambiente natural e vice-versa (WORSTER, 199, p. 2). Esta nova prática historiográfica destaca-se pelo estudo das relações sociais e, a partir das mesmas, das relações estabelecidas com a natureza (MARTINEZ, 2006, p. 19). Ainda segundo Paulo Martinez,

a primeira tarefa está na preparação dos historiadores para lidar com essa abordagem do passado, a das relações entre sociedade e natureza. Esta última concebida como parte do processo social, ou seja, a dimensão física e material que adquire valor e significado pela sua inserção na vida cotidiana dos seres humanos, pois o ambiente é, necessariamente, uma construção social. Uma natureza com face humana. (MARTINEZ, 2006, p. 21)

A história ambiental refuta a idéia segundo a qual a experiência das sociedades humanas deu-se sem limitações de cunho natural, evidenciando que os homens não advém de uma espécie especial ou "eleita" para a "dominação do mundo". Dessa forma, conseqüências de feitos ecológicos passados não podem ser ignoradas nos dias atuais. (WORSTER, 1991, p. 2). Eis a necessidade de fazer emergir visões que permitam repensar/superar formas dominantes de intervenção na natureza (LEFF, 2005, p. 18). Estava proposta historiográfica,

ao tornar possível descortinar concepções de natureza no discurso que coadunem com a utilização sustentável dos recursos, não consiste apenas em um estudo de um passado humano estanque, mas sustenta em si um cunho propositivo:

Esta nova visão de história não é somente um olhar retrospectivo das formas sociais de destruição ou de coevolução com a natureza; é também um enfoque prospectivo para a reconstrução das relações sociais em direção da sustentabilidade. (LEFF, 2005, p. 17)

O "tempo da sustentabilidade" surge como alternativa de superação às formas predatórias de relacionamento dos homens com a natureza, as quais colocam em risco a vida planetária. Nesse sentido, as concepções de sustentabilidade procuram situar o sentido da existência humana e estratégias para a re-apropriação da natureza mediante novas concepções para o restabelecimento de um planeta sustentável:

A sustentabilidade anuncia, deste modo, o nascimento do que ainda não é, a partir do potencial do real, a gestão do possível e a forja da utopia. A sustentabilidade encontra sua razão e sua motivação, não nas leis objetivas da natureza e do mercado, e sim no pensamento e no saber; em identidades e sentidos que mobilizam a reconstrução do mundo. (...) A crise ambiental anuncia uma mutação histórica na criação de novos sentidos para a reconstrução do mundo, a partir da crise ambiental da modernidade. A partir dos limites da razão insustentável, a história se abre para uma resignificação do ser, para uma diversidade de modos de vida e racionalidades produtivas fundadas nas potencialidades da natureza, nos significados da cultura e nos sentidos do tempo. (LEFF, 2005, p. 21)

A História Ambiental, campo eminentemente interdisciplinar, permite um significativo diálogo com a Geografia (FREITAS, 2006, p. 1). Afirma Donald Worster que os historiadores ambientais, para chegarem às suas conclusões, apóiam-se numa variedade de geógrafos. Estes ajudaram os historiadores a perceber que, ao invés de sermos moldados pelo ambiente, estamos cada vez mais assumindo essa moldagem, e por vezes com conseqüências "desastrosas". Atualmente, a responsabilidade que se coloca tanto à História como à Geografia, é a de desvendar o motivo pelo qual os povos modernos têm tentado escapar das restrições da natureza, no sentido de evidenciar os efeitos ecológicos desta atitude (WORSTER, 1991, pp. 16-17).

Muitos são os aspectos comuns entre a História Ambiental e a Geografia. Sendo assim, os geógrafos devem estar atentos às propostas dos historiadores ambientais no sentido de se compreender as relações estabelecidas entre natureza e sociedade e, inversamente, contribuindo com esta disciplina. Inês Aguiar de Freitas acrescenta que a Geografia, em sua caminhada, recorreu a abordagens e objetos comuns à História Ambiental, estreitando a distância entre as duas disciplinas, passando a constituir um ramo do conhecimento calcado na interdisciplinaridade, característica que permite uma grande aproximação com a Geografia. Ressalta-se que o fio condutor entre a História Ambiental e a Geografia é o fato de ambas

visualizarem o homem como transformador do meio ambiente e que este último restringe as próprias alterações humanas. O homem, assim, é visto como ainda sujeito às restrições impostas pela natureza (FREITAS, 2006).

A História Ambiental, como já referido, consiste sobretudo na tentativa de "colocar a sociedade na natureza". Com isso, busca equilibrar a interação entre sociedade e meio ambiente (DRUMMOND, 1991), recebendo subsídios de muitas outras disciplinas. Numa era de interdependência global, a cooperação interdisciplinar faz-se necessária aos pesquisadores, à própria História Ambiental e ao nosso planeta (WORSTER, 1991, p. 16).

Afirmamos que atualmente, em nosso país e outras partes do mundo, a História Ambiental não está bem definida. É nesse sentido que os geógrafos não devem prescindir desta disciplina, na medida em que a mesma tem a natureza como objeto, acreditando que esta resulta simultaneamente de processos naturais e humanos.

### **3. História, Natureza e Cidade: a História Ambiental Urbana**

Ao discorrermos sobre a *natureza*, é comum que pensemos imediatamente na natureza primeira, aquela composta por rios, bosques e florestas. Esta natureza seria aquela que existe independentemente da intervenção transformadora dos seres humanos, através das relações sociais produtivas. No entanto, torna-se significativo mencionar a existência de uma natureza produzida socialmente pelo trabalho humano. Desse modo, defendemos que os homens interagem no "ambiente social", e produzem um "ambiente construído", a partir da "natureza física". Criam, assim, uma "segunda natureza", fazendo com que a semelhança entre "natureza" e "artefato" seja significativamente minimizada. É válido afirmar que o ambiente construído expressa a cultura e tem obtido grandes progressos com a história da *cidade* (WORSTER, 1991, p. 4).

Chamamos de "cidade" esta segunda natureza produzida pelos homens em suas relações sociais, considerando que o próprio ambiente urbano possui uma origem histórica e assume diversas configurações ao longo do tempo. De acordo com Ana Fani Carlos,

Essa dimensão histórica é fundamental para a compreensão da natureza da cidade. Ela é essencialmente algo não definitivo; não pode ser analisada como um fenômeno pronto e acabado, pois as formas que a cidade assume ganham dinamismo ao longo do processo histórico. A cidade tem uma história. (CARLOS, 1999, p. 57)

A historicidade do meio ambiente urbano revela que a cidade assume características e funções distintas em cada época, conforme a divisão social do trabalho e a configuração do poder político. E tal cidade, produto do trabalho na esfera social e técnica, constitui-se como

"trabalho materializado" decorrente de um determinado processo produtivo das/nas sociedades. Ela consiste na materialização do trabalho social e instrumento de mais-valia, no seio da qual se instituem diversos tipos de relações sociais. No sistema capitalista, a forma com que se dá a apropriação do espaço é determinada pelas trocas estabelecidas no mercado e via propriedade privada dos meios de produção. É nesta lógica que o espaço produzido irá refletir as contradições de uma sociedade de classes:

O desenvolvimento histórico produz um espaço a partir da unidade dialética homem-natureza. Pelo processo de trabalho social, enquanto produto da existência humana, o espaço geográfico é construído no processo de desenvolvimento da sociedade. O processo de reprodução das relações sociais, fundamentada na divisão técnica e social do trabalho, em nível nacional e internacional, no âmbito da formação econômico-social. (CARLOS, 1999, p. 29)

Desta forma, o espaço urbano está intimamente ligado à sociedade e a sua reprodução redefine as condições de reprodução do capital e da sociedade de uma forma mais ampla. Temos que a reprodução do espaço urbano é produto sócio-histórico, constituindo-se como realidade imediata na esfera de vida dos homens. Num dado momento histórico, esta reprodução reflete a forma de ocupação e/ou utilização de um lugar específico, realizando-se no cotidiano das pessoas. Assim,

o espaço é produto, condição e meio do processo de produção da sociedade em todos os seus aspectos. O espaço é entendido em função do processo de trabalho que o produz e reproduz a partir da relação do homem com a natureza. Assim, o espaço se cria a partir da natureza que é totalmente transformada no curso de gerações. (...) (CARLOS, 1999, p. 50).

Para Henri Lefebvre, toda obra histórica possui um objetivo e inscreve-se no espaço, sendo que a própria história demonstra o predomínio do espaço sobre o tempo. Nesse sentido, um espaço social consiste num emprego de tempo, no sentido de construir um meio no qual o tempo de vida e felicidade seria o bem supremo (MACHADO et. ali, 2008). Desse modo,

a cidade é condição geral da produção, e este fato impõe uma determinada configuração ao urbano, aparecendo enquanto fenômeno concentrado, fundamentado numa complexa divisão espacial do trabalho, formando uma aglomeração que, no capitalismo, tem em vista o processo de acumulação. (...) a cidade é o *locus* da concentração dos meios de produção e de pessoas ligadas à divisão técnica e social do trabalho, articuladas ao processo produtivo. (CARLOS, 1999, p. 73)

No relacionado à questão das cidades, é interessante mencionar que o século XX foi considerado o "século da urbanização", momento no qual a maior parte da população do globo passou a viver em centros urbanos. Tal fato representa uma ruptura com uma história humana em que a maioria dos homens desempenhava atividades agrícolas. Então, passa a ser justificado o interesse de vários campos do conhecimento em estudar a cidade, agora considerada uma forma específica de organização social (BARROS, 2007, pp. 7-8).

Para Pompeu Figueiredo de Carvalho e Roberto Braga (2003), a atual questão urbana confunde-se mesmo com a ambiental, na medida em que cerca da metade da população do globo terrestre vive em cidades. No Brasil, segundo dados de 2000, o nível de urbanização chegou a 81%. E se considerarmos que os 20% que vivem no campo, observaremos que a vida neste ambiente está sendo penetrada rapidamente com os hábitos urbanos (SOARES, 2006). Esta migração no sentido do ambiente urbano pode ser explicada pela atração que a vida citadina exerce sobre populações em busca de melhores condições de existência (OLIVEIRA, 2002).

No intento de sobreviver num ambiente ao qual não está adaptado, o gênero humano necessita de um ambiente artificial (a cidade) que possa defendê-lo do mundo natural, considerado por ele como ameaçador. Aqui, o homem vê-se em luta aberta com a natureza primeira (SCANDURRA, 2002, p. 143). A própria separação entre cidade e natureza refletiria a disjunção entre mente e natureza. Passam a contrapor-se artificial e natural, natureza e cultura, natureza e técnica. A cidade seria um artefato destinado a suprir as deficiências da natureza. Desta forma,

Hoje, a cidade é a expressão mais contundente do processo de produção da humanidade sob a égide das relações desencadeadas pela formação econômica e social capitalista. Na cidade, a separação homem-natureza, a atomização das relações e as desigualdades sociais se mostram de forma eloqüente. (CARLOS, 1999, p. 26)

Portanto, a cidade consiste num produto/obra humana, revelando a dimensão do movimento dos homens em sua existência. Ela é significativamente distinta do campo, quer pelas atividades que encerra, quer pela construção/realização de um espaço radicalmente distante da natureza primeira, mas conservando a sua dimensão natural. Através do trabalho dos homens, a cidade é constantemente transformada e, com isso, modifica substancialmente a vida do cidadão comum e seu cotidiano. Assim, transforma as relações com a cidade e com o outro, reconfigurando as formas de apropriação e a forma com que o espaço se reproduz (CARLOS, 1999, p. 91). Desta forma, pode-se afirmar que a cidade é a síntese da relação com a natureza que se dá através do tempo (história) e no espaço (contexto social e global) (MACHADO et. ali, 2008).

Acrescentamos que o fenômeno urbano, devido à sua complexidade, passou a ser objeto de reflexões por parte de historiadores e cientistas sociais. Estes pensadores, ao longo do século XX, produziram interessantes estudos e abordagens sobre as cidades (BARROS, 2007, p. 7). Sabemos que as primeiras reflexões modernas sobre a cidade iniciaram-se no século XIX, quando surgem os primeiros estudos sobre a cidade enquanto forma mais

específica de organização social, na historiografia e na sociologia. A partir da mencionada centúria, historiadores e outros pensadores tentam compreender a especificidade do “viver urbano”. Então,

um campo de estudos que começa a analisar a cidade como um espaço que corresponde a um viver próprio que é passível de ser estudado mais sistematicamente sob o ponto de vista das ciências sociais, aliás, em formação, eis aqui uma contribuição mais específica que só poderia ser trazida pelo século XIX. (BARROS, 2007, p.10)

Com o advento da urbanização, passamos a viver num mundo em vias de se superpovoar. Era a época de emergência das sociedades industriais, quando o homem ocidental busca refletir cientificamente sobre a cidade, isto é, provavelmente tencionava:

compreender os problemas científicos deste *habitat* ao qual boa parte da humanidade parecia destinar-se. Queria refletir sobre a organização da vida cidadina, sobre as origens imemoriais do fenômeno urbano, e sobre as formas históricas da urbanização – talvez na ânsia de legitimar aquela nova forma de urbanização à que a sua civilização parecia estar cada vez mais confinada. (BARROS, 2007, p. 11)

O século XIX, assim, passa a ser amplamente conhecido pelo fenômeno da industrialização, das lutas sociais no mundo urbano e das utopias sociais. Este século de fato era herdeiro dos sonhos iluministas e revolucionários, tendo sido permeado por teorias filosóficas que desenhavam uma sociedade ideal, no interior da qual a cidade desempenhava um importante papel. Dentre estas formulações filosóficas estava o marxismo, que visava compreender o mundo do capital por intermédio da luta de classes e da perspectiva de transformação social, que trazia o ideal de esperança num mundo mais justo:

O campo marxista situa a análise do fenômeno urbano no entrecruzamento do fator econômico e do fator político. A cidade insere-se antes de mais nada em um sistema econômico-social – ou, mais propriamente, em um ‘modo de produção’ específico. Ao mesmo tempo, o ambiente urbano é um palco privilegiado para as lutas político-sociais. Nos seus vários casos, a cidade deve ser sempre situada historicamente. (BARROS, 2007, p. 60)

Lefebvre defende que as cidades, embora não tenham nascido da industrialização, contribuíram para o desenvolvimento industrial e o acúmulo de capitais. Elas teriam representado um importante papel na “arrancada” da indústria (MACHADO et. ali, 2008). Por meio desta industrialização, o capitalismo trouxe à cidade a generalização do *valor de troca* em detrimento do *valor de uso* (LEFEBVRE, 1968). No núcleo urbano, os atributos econômicos estão acima de todos os outros, o que evidencia o surgimento da cidade capitalista. Assim, os meios de vida/sobrevivência passaram a ser assuntos do mercado, numa lógica de produtividade e consumo:

As catedrais, apesar de construídas pelo homem, pertencem a Deus; já as cidades de hoje, pertencem ao capital. Para usufruir da primeira é necessário a subjugação a Deus, seguir seus mandamentos. No caso da cidade é a subjugação do homem às necessidades de reprodução do

capital; onde o homem se vê capturado pelas necessidades de consumo e lazer. (CARLOS, 1999, p. 12)

Acentua-se a divisão do trabalho e cria-se novas necessidades de consumo, o que está de acordo com a generalização no estabelecimento do valor de troca. Desse modo, o ambiente urbano será o lugar onde a natureza está inserida na lógica de consumo. A natureza, consistindo naquilo que não é produzido pelo homem, um valor de uso, transforma-se em valor de troca a ser explorado no sistema capitalista. O trabalho, a indústria e a técnica constituem-se em mediações entre o homem e a natureza. Assim, cria-se um mundo humano e uma natureza com face humana, que se subordina e se integra ao mundo dos homens (LEFEBVRE, 1968).

Conforme Maria Lucia de Amorim Soares (2006), a cidade caudatária da Antiguidade de nossa história foi substituída por outra moderna e seletiva. O aumento inconseqüente da cidade promove uma alteração na distribuição das atividades desempenhadas pelos habitantes. A racionalidade urbana passa ser exclusivamente a do lucro, que incide sobretudo nas camadas menos favorecidas da sociedade, localizadas nas zonas periféricas. No interior da cidade existem, assim, dois extratos territoriais: as áreas "luminosas" e as "opacas". As primeiras, onde vivem os mais abastados, se sobrepõem às segundas, caracterizadas pela população mais humilde:

No capitalismo, a produção e o desenvolvimento do urbano vinculam-se à instalação e crescimento (direto ou indireto) da atividade industrial e das atividades que a indústria cria. Com o surgimento do fenômeno industrial, o urbano muda de conteúdo. Ao mesmo tempo é na cidade, devido ao seu grau de concentração espacial, que aflora mais claramente a contradição de classes, tão nítida na paisagem dos bairros. Essa contradição se manifesta pelo contraste entre a riqueza e a pobreza. É no urbano que se manifestam mais claramente as relações de produção capitalistas e onde a violência se faz maior. (CARLOS, 1999, p. 78)

A reprodução do espaço urbano forja uma sociedade dividida em classes sociais, sendo ele um produto apropriado de modo distinto pelos cidadãos. Isto faz da cidade o campo privilegiado da luta de classes, já que o processo histórico advém do conflito motivado pelas contradições sócio-econômicas em seu interior. Conforme Pompeu de Carvalho e Roberto Braga (2003), em nosso mundo urbano, o fenômeno da urbanização amplia espaços e tempos, trazendo conseqüências negativas às futuras gerações. Faz-se necessário, pois, reencontrar a natureza nas cidades visando garantir a sua continuidade. Como vivemos numa sociedade desigual, a apropriação que o homem faz da natureza também é desigual, afetando diferenciadamente as diversas camadas da sociedade. Sendo assim, é comum pensarmos que os problemas ambientais não atingem a totalidade do espaço urbano, incidindo com maior

intensidade onde vivem as classes menos favorecidas, as quais presenciam a desvalorização do seu espaço de vida devido a insalubridade e aos riscos ambientais a que estão sujeitas.

As classes menos favorecidas da cidade, vivendo em áreas dotadas de precariedade, são levadas suportar maiores investimentos relativos à sua moradia, visando minimizar os impactos ambientais ocorridos periodicamente. Desse modo, reproduz-se e reforça-se a pobreza das camadas subalternas. Por vezes, as perdas econômicas e morais destas classes coexistem até mesmo com os óbitos advindos das situações de risco em que vivem. Isto faz da *questão ambiental* uma questão também *ética*. Assim, embora a crise sócio-ambiental global difunda-se para todos os espaços do planeta e classes sócio-econômicas, ela irá incidir de forma diferenciada no interior dos diversos grupos sociais existentes:

(...) a emergência dos novos problemas ambientais globais, embora tenda a difundir-se em nível mundial, atinge distintamente as diversas nações e grupos sociais, que graças a seus diferenciados níveis de riqueza, educação e organização política puderam desenvolver uma maior ou menor capacidade de defesa aos impactos socioambientais e aos danos deles decorrentes.(...) (LIMA in LOUREIRO et. ali, 2002, p. 111).

No capitalismo, a cidade irá assumir o papel de mediadora entre o global e a esfera cotidiana de vida dos homens. Esta cidade será vista como o centro das atenções do sistema capitalista visando a produção e reprodução das relações sociais no cumprimento de sua lógica:

O desenvolvimento das forças produtivas produz mudanças constantes e com estas, a modificação do espaço urbano. Estas mudanças são hoje cada vez mais rápidas e profundas, gerando novas formas e configurações espaciais, novo ritmo de vida, novo relacionamento entre as pessoas, novos valores. Por outro lado, o espaço é cada vez mais o espaço mundial e as relações entre os homens dependem cada vez mais de decisões tomadas a milhares de quilômetros de seu local de residência. (CARLOS, 1999, p. 27).

É neste sentido que o local, ou seja, o nível elementar das relações sociais entre os humanos, deve estar inserido no conjunto das reflexões sobre a globalização, naquilo que Immanuel Wallerstein (2001) chama de *sistema-mundo*. Por isso, torna-se importante pensar o urbano desde as relações sociais dos humanos com a natureza (ambiente) e inseridas no contexto do sistema mundial.

Dessa forma, a crise do modelo desenvolvimentista presente no processo de globalização enseja um momento de transição histórica na direção de uma mudança sócio-econômico-ambiental. As camadas menos favorecidas, em suas precárias condições de vida no núcleo urbano, colocam em suspenso o futuro das grandes cidades brasileiras no interior de um mundo globalizado e excludente em que predomina o interesse do grande capital (RIBEIRO in OLIVEIRA, 2002, p. 86). Assim, torna-se necessário, aos humanos, recuperar o sentido de espécie, renunciar ao controle planetário no sentido da contemplação. Por fim,

opor a idéia de conhecimento à de domínio. Desse modo, a cidade contemporânea deverá sediar a inteligência planetária no sentido de redefinir o equilíbrio mundial. À noção de domínio ilimitado, deveremos propor a chamada "ética do finito", do cuidado e da convivência, visando restabelecer a "harmonia"<sup>5</sup> perdida com o nosso planeta e resignificar o sentido de habitar (SCANDURRA, 2002, pp. 151-152).

O ambiente urbano e o cotidiano dos seus habitantes, sob a perspectiva da educação ambiental, requerem uma vinculação com as relações de *cidadania* existentes na sociedade. Nesse sentido, a cidade aparece estreitamente relacionada à idéia de emancipação dos indivíduos. Cidadania seria a vida em sociedade que tem em conta o respeito aos direitos dos homens e comunidades, no sentido de uma vida mais justa e democrática com o fim dos grandes males que afetam a sociedade, como a fome e a violência, para que a qualidade de vida e do meio ambiente sejam asseguradas. Mas para que o desafio ambiental urbano seja superado, é necessária uma radicalização da democracia no seio do núcleo urbano, o qual concentra em si a quase totalidade da natureza e da cultura. Assim, a cidade não deve ser orientada apenas segundo a lógica do capital, caracterizada pela exploração dos homens e da natureza. Sabemos ela encerra em si estruturas econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais. É nesse sentido que a mesma deve ser o foco da educação ambiental (SOARES, 2006).

Acrescenta-se que a cidade, espaço socialmente produzido pelos homens, é vítima de uma realidade sofrível, como falta de saneamento básico dentre outros problemas de grande relevância para os humanos. É nesse sentido que a análise das contradições urbanas implica uma *dimensão política* que envolve "o direito à cidade" (LEFEBVRE, 1968) e a consciência ambiental sobre as grandes transformações para a compreensão do processo produtivo e da organização econômica e espacial do ambiente urbano. Sabe-se que por meio da técnica, o *quadro natural* é substituído pelo *artefato*, fazendo com que a cidade passe a reunir ciência e tecnologia. Mas sabemos que a própria vida não é produto da técnica, e sim da ação política que atribui sentido à materialidade. O desafio da cidadania consistiria em estabelecer um olhar ambiental sobre o cotidiano da cidade visando esclarecer as metamorfoses da atual

---

<sup>5</sup> Sabemos que a idéia de "natureza intocada" já fora amplamente debatida e questionada por inúmeros autores, dentre eles Antonio Diegues, na medida em que até mesmo sociedades menos complexas do que as ocidentais e industrializadas já causavam algum impacto no meio ambiente com a sua intervenção/trans formação da natureza primeira. É neste sentido que preferimos substituir a idéia de "harmonia com a natureza" pela noção de "harmonia instável", no seio da qual os humanos relacionam-se entre si, no mundo do trabalho e da criação, com vistas à produção/trans formação da sua vida num sentido mais amplo. É aqui que buscamos o conceito de *sustentabilidade* sócio-ambiental e a emergência de uma nova racionalidade sócio-produtiva menos impactante na relação entre os humanos e o mundo natural.

sociedade e as contradições sociais presentes no ambiente urbano. Esta perspectiva visa não somente a obtenção de um conhecimento sobre essa realidade, mas também à sua transformação.

Sabemos que a cidade ideal/sonhada acompanhou as concepções urbanas amplamente conhecidas em nossa história. Elas remetem à Antiguidade, onde muitos pensadores buscaram idealizar uma cidade ideal, naquilo que Bárbara Freitag definiu como "utopias urbanas". Em que pese os resultados muitas vezes desfavoráveis destas idealizações, elas perpetuaram-se ao longo do tempo e das sociedades. Estes modelos utópicos, tendo conhecido o seu fracasso pela dificuldade de implantação, devem ainda servir como inspiração às nossas ações, esperanças e objetivos. A utopia é, pois, necessária ao mundo (FREITAG, 2002, p. 17).

É neste sentido que a História Ambiental Urbana pode oferecer subsídios e fundamentos necessários ao estabelecimento da cidade que almejamos, em que as relações sócio-ambientais sejam pautadas pela sustentabilidade e a cidadania possa fazer parte do cotidiano de todos os habitantes. Urge superar o paradigma utilitário do capital, que depreda o meio ambiente e explora o trabalho dos seres humanos. Para tanto, faz-se necessário fomentar princípios democráticos no interior da vida urbana, em que todos os envolvidos possam manifestar-se quanto aos rumos do seu projeto de vida social.

Para nós, a cidade consiste em estratégica no contexto da globalização como espaço de luta, de investigação acadêmica e produção de novas relações sociais e educativas entre os humanos. Sendo assim, cada formação urbana deve ser estudada em seu contexto e inserida no sistema-mundo, considerando a articulação entre o local e o global, isto é, entre a *ordem próxima* e a *ordem distante*, mas tendo em vista as suas particularidades históricas. E através da História Ambiental poderemos estabelecer a relação entre sociedade e natureza no conjunto destas considerações.

Concretamente, nossa pesquisa, ainda em estado inicial, está sendo desenvolvida através de dois estudos de caso sobre a cidade de Rio Grande - RS/Brasil, e tendo como conceitos chaves: *Cidade*, *Natureza* (ambiente) e *História*, poderá avançar nestes propósitos. Nossa base empírica é constituída por obras, artigos e relatos sobre a história e o ambiente desta cidade, relacionando, ainda, leis e outros documentos políticos. A partir de um recorte temporal em construção, buscaremos identificar as relações entre os humanos e o ambiente em Rio Grande, deixando transparecer as concepções dos homens sobre a natureza da/na cidade e as consequências destas mesmas percepções para as naturezas humana e não-humana.

Acreditamos, assim, na cidade enquanto espaço de formação social resultante de um processo histórico marcado por lutas de classes. Ela torna-se instigante a uma pesquisa inspirada na utopia de superação do existente, capaz de apontar para a *produção* de um ambiente urbano enquanto *obra* (LEFEBVRE, 1991) numa *cidade educadora* com *desenvolvimento humano sustentável* para os seres humanos (GARCIA RUIZ; DELGADO, 2007).

### **Considerações Finais**

Vimos que a problemática sócio-ambiental é muito pertinente no mundo contemporâneo. O sistema capitalista, através do processo globalizatório, têm diminuído a distância entre países e continentes, submetendo a natureza e os homens ao seu domínio econômico. É neste sentido que a cidade constitui-se como formação social privilegiada na reprodução da hegemonia do sistema produtor de mercadorias ou na sua eventual superação. Concluimos que a própria cidade é a síntese da relação com a natureza que se dá através do tempo (história) e no espaço (contexto social e global), tendo sido objeto de reflexões e abordagens por parte de historiadores e cientistas sociais a partir do século XIX.

Por meio da industrialização, o capitalismo trouxe à cidade a generalização do valor de troca em detrimento do valor de uso, acentuando a divisão do trabalho e produzindo novas necessidades de consumo. Desse modo, forja-se um mundo humano e uma natureza com face humana, que se subordina e se integra ao mundo social. O meio ambiente urbano, que chamamos de “segunda natureza”, irá assumir um caráter excludente e segregacionista no interior do sistema capitalista. Em conseqüência, os problemas ambientais não atingirão a totalidade do espaço urbano, incidindo com maior intensidade onde vivem as classes menos favorecidas, as quais presenciam a desvalorização do seu espaço de vida devido a insalubridade e aos riscos ambientais a que estão sujeitas.

Assim, pensamos que a superação do atual paradigma sócio-econômico-ambiental é tarefa urgente que se coloca à nossa geração e às vindouras, relacionando a cidade à idéia de emancipação dos indivíduos sob a perspectiva da cidadania e de superação do existente. É aqui que a História Ambiental Urbana assume a sua importância, visto que a mesma é capaz de nos proporcionar subsídios necessários à ruptura com as formas insustentáveis de interação entre os homens e o seu ambiente urbano e natural.

## REFERÊNCIAS

BARROS, José D' Assunção. **Cidade e História**. Petrópolis: Vozes, 2007.

CARLOS, Ana Fani. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1999.

CARVALHO, P; BRAGA, R. **Da Negação à Reafirmação da Natureza na Cidade: o conceito de “renaturalização” como suporte à política urbana**. Grupo de Pesquisa Análise e Planejamento Territorial – GPAPT, 2003. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento/gpapt/Artigos%20pdf%20final/pompeu%20PDF/CARVALHO%20&%20BRAGA%20Simpurb%20Recife%202003.pdf>>. Acesso em 3 fev. 2009.

DRUMMOND, J. **A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

FREITAG, B. **Utopias Urbanas**. Projeto Itinerâncias Urbanas, 2002. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/sol/itinerancias/grupo/barbara/utopias.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2009.

FREITAS, I. **História Ambiental e Geografia**. XII Encontro Regional de Historia da ANPUH, 2006. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/Ines%20Aguiar%20de%20Freitas.pdf>>. Acesso em 3 fev. 2009.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: Loyola, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**, 1968 [1969].

LEFF, H. **Construindo a História Ambiental da América Latina**. ESBOÇOS – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, Florianópolis, Nº 13, p. 11-26, 2005.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo et. ali (org.). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 2.ed.. São Paulo: Cortez, 2002.

MACHADO, C; CIPRIANO, D; ROCHA, L.; SCHNEIDER, N. **A Educação e a Natureza da/na cidade: contribuições de Henri Lefebvre**. Relatório de Pesquisa (FURG/CNPq/2007-2008). Rio Grande, 2008.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 2002.

SCANDURRA, Enzo. **Natureza e Cidade**. Margem, São Paulo, n. 15, p. 135-152, jun. 2002

SOARES, M. **Cidade, cotidiano, cidadania: um olhar ambiental**. 29ª. Reunião Anual da ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2006. Disponível

em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT22-1738--Int.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2009.

GARCIA RUIZ, Jaime; DELGADO, Sheyla G. et alli. **Fundamentación del Desarrollo Humano basado en un enfoque Transdisciplinar en América Latina y el Caribe (Cuba, Venezuela, Bolivia y México)**. Las Villas/Santa Clara: Cuba. 2007. [Projeto de Pesquisa].

WORSTER, D. **Para fazer história ambiental**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

V CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Joinvile, Brasil, abril de 2006. **Perspectivas da educação ambiental na região ibero-americana**. Rio de Janeiro: Associação Projeto Roda Viva, 2007.